

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 2

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural
2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de
Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-28-3

DOI 10.22533/at.ed.283201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A PARTIR DO JOGO BOLA NA CAÇAPA	
Flávia Cristina dos Reis Abud Fonseca Ana Paula Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.2832013021	
CAPÍTULO 2	8
CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO Y CONOCIMIENTO CIENTÍFICO, UNA PROPUESTA PARA EL AULA	
Liliana Esther Mayoral Nouvelière Eugenia Cristina Artola Francisco González García	
DOI 10.22533/at.ed.2832013022	
CAPÍTULO 3	27
COTIDIANO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CRIAÇÃO DAS “ARTES DE FAZER”	
Letícia de Oliveira Castro Heloísa Raimunda Herneck	
DOI 10.22533/at.ed.2832013023	
CAPÍTULO 4	38
CULTURA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR: O DIÁLOGO ENTRE OS SUJEITOS QUE FAZEM A EDUCAÇÃO	
Alexandre Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2832013024	
CAPÍTULO 5	51
DESENVOLVIMENTO DO DESIGN COGNITIVO DO MUSEU VIRTUAL DA ESCOLA PARQUE DE ANÍSIO TEIXEIRA VIA PESQUISA-APLICAÇÃO - DBR	
Ednei Otávio da Purificação Santos Alfredo Eurico Rodrigues Matta Jaci Maria Ferraz de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.2832013025	
CAPÍTULO 6	60
DESPROTEÇÃO SOCIAL E BARBÁRIE:A REALIDADE DE FILHOS E PAIS NA SEGREGAÇÃO DOS HANSENIANOS NA COMUNIDADE DE PARICATUBA IRANDUBA AM	
Ana Maria Menezes Fonseca Ângela Emília Gama da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2832013026	

CAPÍTULO 7	73
DISCRIMINAÇÃO E INVISIBILIDADE: OS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA A PESSOA LGBTQI+ E EDUCAÇÃO	
Morgana Naiara Barbosa Moraes Luís Antonio Bitante Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2832013027	
CAPÍTULO 8	82
E LÁ SE FORAM QUATRO ANOS: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DOS JOVENS COM DEFICIÊNCIA	
Vanderlei Balbino da Costa Halline Mariana Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2832013028	
CAPÍTULO 9	92
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O PLANTIO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS COMO ELEMENTO MOTIVADOR	
Solidade Virgínia Cavalcante Alves Abigail de Souza Pereira Maria de Fátima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2832013029	
CAPÍTULO 10	102
EDUCAÇÃO DO CAMPO E ÊXODO RURAL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: UMA TESE EM SETE ARTIGOS	
José Fabiano de Paula Leonidas Roberto Taschetto	
DOI 10.22533/at.ed.28320130210	
CAPÍTULO 11	113
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DO DIREITO À REALIDADE	
Maria José Poloni Neide Cristina da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28320130211	
CAPÍTULO 12	127
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LEVANTAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE FAVOREÇAM O PENSAR CIENTÍFICO DA CRIANÇA E O REPENSAR DA AÇÃO DOCENTE	
Rosângela Duarte Elena Campo Fioretti Ana Claudia Paula do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.28320130212	
CAPÍTULO 13	145
EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: ELABORAÇÃO DE RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE PARASITOLOGIA	
Thaís Gomes de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.28320130213	

CAPÍTULO 14	155
EDUCAÇÃO EM QUÍMICA: O USO DA EXPERIMENTAÇÃO NO ENSINO DE SOLUÇÕES	
Josefa Vanessa dos Santos Araújo José Carlos Oliveira Santos Joabi Faustino Ferreira Vanderléia Fernanda dos Santos Araújo Victor Júnior Lima Félix Breno do Nascimento Ferreira Rita de Cássia Limeira Santos Maria Gabriela da Costa Melo Tárcio Rocha Dantas Anamélia de Medeiros Dantas Raulino	
DOI 10.22533/at.ed.28320130214	
CAPÍTULO 15	165
EDUCAÇÃO EUROPEIA NA IDADE MÉDIA: IMPORTÂNCIA DO CRISTIANISMO	
Ozineide Alves de Oliveira Maickey Lucas de Oliveira Maia	
DOI 10.22533/at.ed.28320130215	
CAPÍTULO 16	169
EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: APONTAMENTOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO	
Raquel Almeida Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.28320130216	
CAPÍTULO 17	177
EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS ESTADUAIS DE MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DO CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO	
Judcely Nytyeska de Macêdo Oliveira Silva Leonardo Lira de Brito Maria de Fátima Carvalho Costa Amanda Feliciano da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.28320130217	
CAPÍTULO 18	187
EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Josy Lira Dias Kelly de Oliveira Mota Zilma Torres Dias Maria Dias Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28320130218	
CAPÍTULO 19	199
EDUCAÇÃO SUPERIOR E MODELO ESTRATÉGICO DE GESTÃO	
Adelcio Machado dos Santos Audete Alves dos Santos Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.28320130219	

CAPÍTULO 20	210
EDUCAR PELA PESQUISA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO INTEGRAL ATRAVÉS DA EXPERIMENTAÇÃO EM QUÍMICA	
Patrícia Anselmo Zanotta Daniele Colembergue da Cunha Vanzin Marina Zanotta Rocha Maria do Carmo Galiuzzi	
DOI 10.22533/at.ed.28320130220	
CAPÍTULO 21	220
O JOGO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR NO ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Eduardo Junior da Conceição Marina Gomes da Silva Guedes Vera Borges de Sá	
DOI 10.22533/at.ed.28320130221	
CAPÍTULO 22	233
INCLUSÃO ESCOLAR: BARREIRAS ATITUDINAIS ENFRENTADAS NA APRENDIZAGEM	
Felipe Correa da Rosa Leite Claudete da Silva Lima Martins	
DOI 10.22533/at.ed.28320130222	
CAPÍTULO 23	242
ESCOLAS YANOMAMI E O CAMINHAR DE SUA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Katriny Alves de Aguiar Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel	
DOI 10.22533/at.ed.28320130223	
CAPÍTULO 24	254
ESQUIZOFRENIA E O PROCESSO EDUCACIONAL	
Tatiane Mello de Miranda Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.28320130224	
CAPÍTULO 25	265
ESTRATÉGIA PARA FORMAÇÃO EM GERONTOLOGIA, APLICAÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR	
Daisy de Araújo Vilela Isadora Prado de Araújo Vilela Ana Lúcia Rezende Souza Marina Prado de Araújo Vilela Juliana Alves Ferreira Camila Ferreira Araújo Claurestina Ramires da Silva Keila Márcia Ferreira de Macêdo Glauco Lima Rodrigues Renata Machado de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.28320130225	

CAPÍTULO 26 278

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA: ACESSIBILIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

Erica de Oliveira Gonçalves
Gabrielly Cristine da Silva

DOI 10.22533/at.ed.28320130226

CAPÍTULO 27 300

FAMPREPARA: UMA AÇÃO PARA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Neire Moura De Gouveia
Vanessa Rodrigues de Jesus
Lenilza Alves Pereira Souza
Daiana Sganzella Fernandes
Morgana Potrich

DOI 10.22533/at.ed.28320130227

CAPÍTULO 28 304

FILOSOFIA E PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EM JEAN PIAGET E JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Letícia Alves Assis
Edson de Sousa Brito

DOI 10.22533/at.ed.28320130228

CAPÍTULO 29 313

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA COM FOCO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – CTS

Luis Alexandre Lemos Costa
Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães
Mauro Guterres Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.28320130229

CAPÍTULO 30 327

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES YANOMAMI: UMA EXPERIÊNCIA NO RIO MARAUIÁ

Katrinny Alves de Aguiar
Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel

DOI 10.22533/at.ed.28320130230

CAPÍTULO 31 336

A PARÁFRASE NO DISCURSO RELIGIOSO MIDIÁTICO

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Giovanna Moraes Ferreira
Letícia Jovelina Storto
Débora Cristina Machado Cornélio
Heitor Messias Reimão de Melo
Fernando Sabchuk Moreira
Valquiria Nicola Bandeira
Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes
Monica Soares
Vanessa Cristina Scaringi

DOI 10.22533/at.ed.28320130231

SOBRE A ORGANIZADORA.....347

ÍNDICE REMISSIVO348

E LÁ SE FORAM QUATRO ANOS: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DOS JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Data de aceite: 31/01/2020

Vanderlei Balbino da Costa

Programa de Pós graduação em educação UFG/
REJ

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9675106511430204>

Halline Mariana Santos Silva

Departamento de pedagogia UFG/REJ

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1972059133692038>

RESUMO: A presente pesquisa ora em debate neste trabalho teve a intensão de analisar a Lei nº 13.005 que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014. A questão de pesquisa que suleou essa investigação foi: O Plano Nacional De Educação irá dar conta de implementar a meta 4, que é de colocar todos os jovens de 15 a 17 anos com deficiência no ensino médio até 2024? Nossos objetivos foram: analisar a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024); discutir as metas propostas para a inclusão dos jovens estudantes com deficiência no Ensino Médio; identificar se o PNE, reúne condições que possibilite implementar a meta proposta para a inclusão dos jovens estudantes com deficiência, no Ensino Médio, até 2024. A opção metodológica nesta investigação foi pela pesquisa qualitativa, apoiando em referenciais

bibliográficos, legislações e documentos oficiais que contribuíram para a implementação deste plano. Os referenciais utilizados tiveram a intensão de avaliar se o documento aprovado reúne condições que possibilite implementar a meta proposta para a inclusão dos jovens estudantes com deficiência no Ensino Médio. Os resultados preliminares, quatro anos de PNE nos mostraram que são grandes os desafios para implementar a referida meta. Consideramos relevante a ampliação de estudos que possam acompanhar a execução do PNE até 2024.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio, Inclusão Escolar, Políticas Educacionais.

AND THERE GOES FOUR YEARS: NATIONAL EDUCATION PLAN AND INCLUSION OF YOUNG PEOPLE WITH DISABILITIES

ABSTRACT: This research, which is currently being debated in this paper, aimed to analyze the Law nº 13.005 that establishes the National Education Plan (PNE), approved on June 25th, 2014. The research question that guided this investigation was: Will the National Education Plan be able to implement the goal IV, which is to place all disabled young student from 15 to 17 years old in high school by 2024? Our objectives were: to analyze Law nº 13.005 of

June 25th, 2014, which establishes the National Education Plan – PNE (2014-2024); to discuss the proposed goals for the inclusion of young students with disabilities in high school; identify if the PNE meets conditions that allow to implement the proposed goal for the inclusion of young students with disabilities, in the High School, until 2024. The methodological option in this investigation was the qualitative research, supporting itself in bibliographical references, legislations and official documents that contributed for the implementation of this Plan. The references which were used meant to evaluate whether the approved document meets conditions that allow the implementation of the proposed goal for the inclusion of young students with disabilities in high school. The preliminary results, four years of PNE showed us that the challenges to implement this goal are great. We consider relevant the expansion of studies and researches able to monitor the execution of the PNE until 2024.

KEYWORDS: High School, School Inclusion, Educational Policies.

1 | NOTAS INTRODUTÓRIAS

Nossa intensão nesta pesquisa é a promoção de estudos que objetivam discutir nos cursos de formação de professores a meta 4 proposta no Plano Nacional De Educação, aprovado em 2014, com vigência até 2024.

Neste sentido, a questão de pesquisa que suleou essa investigação foi: considerando que já se foram quatro anos, indagamos: O Plano Nacional De Educação irá dar conta de implementar a meta 4, que é de colocar todos os jovens de 15 a 17 anos com deficiência no ensino médio até 2024?

Nossos objetivos nessa investigação foram: analisar a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) procurando discutir as metas propostas para a inclusão dos jovens estudantes com deficiência no Ensino Médio até 2024; identificando se o PNE, reúne condições que possibilite implementar a metas propostas para a inclusão dos jovens estudantes com deficiência, no Ensino Médio, até 2024. Este documento dialoga com o que vem sendo produzido no campo acadêmico no que concerne às temáticas da inclusão e da juventude, diálogo fundamental que precisa ser feito quando pensamos o Ensino Médio.

A opção se deu pela pesquisa qualitativa e documental. Neste sentido, cumprenos assinalar que de acordo com Ludke e André (1986, p.11) “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Centrando nosso olhar para o referencial bibliográfico e documental, Gil (2002, p. 44) afirma que: “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Deste modo, baseamos em obras, artigos e documentos que discutem as metas propostas pelo no PNE (2014-2024). Assim, intencionamos identificar no

PNE (2014-2024), como os jovens foram compreendidos no novo Plano Nacional de Educação; as metas propostas a serem implementadas no sentido de incluir os estudantes com deficiência no ensino médio até o ano de 2024 e refletir sobre o direito ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, frente à inclusão escolar dos jovens estudantes com deficiência no ensino médio.

2 | REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O PNE

No Brasil, estamos vivenciando nosso segundo Plano Nacional de Educação, o primeiro tramitou por três anos no Congresso Nacional sancionado na Lei Federal nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, estabelecendo duzentos e noventa e cinco metas para educação até o ano 2011. O segundo PNE, sancionado na Lei nº 13.005 e aprovado em 25 de junho de 2014 estabelece vinte metas para a educação até 2024.

Um Plano Nacional de Educação de certa forma sintetiza o que se almeja com a educação no país, ele orienta ação de todos os envolvidos nesse processo, por isso os Estados e os Municípios também elaboram seus respectivos planos em articulação com o que estabelece o nacional. Esse processo é permeado por negociações e encontros da sociedade civil com o Estado. É uma tentativa de se estabelecer políticas e ações que não terminem com o fim de determinado governo.

Considerando a grande quantidade de metas do primeiro PNE, dentre outros fatores, dificultaram sua aplicação e acompanhamento na busca de ser mais exequível. O segundo Plano Nacional de Educação aprovado em 2014, centra-se em vinte metas das quais destacamos duas que diretamente estão relacionadas com nosso objeto de reflexão, são as Metas 3 e 4.

É de fundamental importância assinalar nesta pesquisa que a Meta 3 do plano em vigor até 2024 prevê: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%. ” (BRASIL, 2014). Cumpre-nos ressaltar que essa meta é composta por quatorze estratégias, as quais destacamos algumas:

- [...] redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);
- Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
- Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas (BRASIL, 2014).

Historicamente, o jovem tem sido colocado nas políticas que lhes são destinadas em lugar genérico de tratamento, sendo tratados ora como aluno, ora como estudante, o que tem contribuído de certa forma para a negação do ser jovem. E a análise dessas estratégias evidencia certo distanciamento do que vem sendo produzido no campo acadêmico sobre o ser jovem e sua condição de juventude.

Esse estudo centra-se na Meta 4 que prevê: “Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino” (BRASIL, 2014). Ou seja, a meta é a de colocar 100% dos estudantes até os 17 anos no Ensino Médio, o que nos parece um tanto quanto ousada.

Se fizermos uma análise do Censo/Inep (2010), é notório assinalar que apenas 7.833.218 dos jovens estavam matriculados no Ensino Médio. Isso nos revela que apenas 22,8% estão adentrando no Ensino Médio. O problema crucial a ser enfatizado é que a faixa etária desses estudantes é de 15 a 24 anos, longe de alcançar a Meta 4, proposta pelo novo PNE aprovado pela Lei N° 13.005, em 25 de junho de 2014. Nada mais que, há quatro anos os dados do Censo/Inep eram assustadores se levarmos em consideração que a Meta 4 quer alcançar 100% dos jovens com até 17 anos no Ensino Médio. Essa ousada Meta objetiva cumprir este percentual até o ano de 2024.

A inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Médio, necessariamente, deverá estar ladeada de alguns princípios que visam à promoção da inclusão desses sujeitos sociais na escola comum. No que concerne ao atendimento educacional especializado, são princípios norteadores do artigo 59 da LDB 9394/96. Os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes com deficiência adequação curriculares, métodos diferenciados, recursos didáticos adaptados e procedimentos acessíveis a efetivação de sua inclusão na escola comum, em todas as etapas e modalidades.

O processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência em todas as etapas e modalidades está ladeada de alguns obstáculos pedagógicos, ou para ser mais racional, de diversas ingerências de professores que não aceitam flexibilizar seu planejamento escolar, quando em sua sala, estudantes com deficiência se fazem presente. Isso se verifica, na medida em que os professores não promovem a adequação no currículo, não respeitam os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos com deficiência e nem fazem reformulação nos diversos processos avaliativos.

Ao anunciar que até 2024, 100% dos jovens até 17 anos, com ou sem deficiência, deverão ingressar no Ensino Médio, é preciso resgatar a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE (2001-2011). As diretrizes deste plano asseguram a educação e as alternativas de serviços especializados aos estudantes com deficiência na escola comum. Entre esses direitos, destacam a importância da intervenção educacional desde a infância até a fase adulta; a articulação de

ações entre a educação, a saúde e a assistência social; a formação de profissionais habilitados para a oferta de atendimento educacional especializado; a organização de escolas especiais filantrópicas em parcerias com instituições regulares de modo a atender os estudantes com deficiência que estão matriculados na rede regular de ensino.

O atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, altas habilidades e superdotação é garantido desde a educação infantil ao ensino superior. A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva foi publicada em 07 de janeiro de 2008. Cumpre-nos assinalar que é objetivo dessa política, assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, orientando os sistemas de ensino visando garantir acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino, bem como a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, além do investimento na formação de professores e aos demais profissionais que atuam na educação especial.

A organização do atendimento educacional especializado é garantida pela Resolução CNE/CEB nº 4, que institui as diretrizes operacionais do atendimento educacional especializado na educação básica na modalidade da educação especial. Essa resolução garante através do artigo 1º, os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado - AEE, ofertados em salas de recursos multifuncionais, centro especializados da rede pública, escolas convencionais e instituições filantrópicas. De acordo com o artigo 2 desta Lei, o AEE tem como função “[...] complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, de recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”. A menção supracitada não basta, afinal, precisamos desenvolver políticas públicas de inclusão que possibilitem não apenas a matrícula do estudante com deficiência na escola comum, mas também seu sucesso e permanência.

O foco dispensado à acessibilidade, a ruptura das barreiras físicas, arquitetônicas e atitudinais só podem ser garantidos por meio de políticas públicas que permitem o ir e vir das pessoas com deficiência nos diferentes espaços sociais. Neste contexto, insere-se o atendimento educacional especializado que tem como meta apoiar no contraturno do ensino comum os estudantes com deficiência que frequentam a escola regular. O suporte aos estudantes com deficiência matriculados na escola comum é um direito garantido na legislação. Neste aspecto, é necessário assinalar que até o ano de 2010 foram criadas 24.301 salas de recursos multifuncionais cuja

meta era atender no contra turno os estudantes que frequentam a escola comum. Cumpre-nos acentuar que essas salas são equipadas com mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e recursos de acessibilidade. A problemática recorrente que pode ser evidenciada acerca das salas de recursos multifuncionais, é que essas estão sendo a válvula de escape para maquiar o processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência. Pensamos ser necessário investir maciçamente na formação inicial e continuada dos professores no ensino especial e no ensino comum. Outro problema diz respeito é a incompreensão por parte de professores ao confundem as salas de recursos multifuncionais com salas de reforço escolar. Esse espaço deve ser constituído como um conjunto de procedimentos pedagógicos alternativos cuja intenção é mediar o saber previamente trabalhado na sala regular. Entendemos as salas de recursos multifuncionais como um espaço pedagógico, no qual, há um conjunto de ferramentas as quais os professores lançam mão para atuarem de forma colaborativa, envolvendo o ensino comum e o ensino especial.

A Resolução nº 04, do Conselho Nacional de Educação indica que ao Atendimento Educacional Especializado, cabe:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

Todas essas estratégias só terão efeitos práticos se a escola disponibilizar esses recursos aos estudantes. Se os professores do ensino comum e do ensino especial conseguirem trabalhar de forma colaborativa e se os professores forem qualificados continuamente.

No que concerne às matrículas de estudantes no Ensino Médio, isto é, sem considerar a faixa etária proposta pelo PNE que é até 17 anos, dados do INEP

(2010) revelam que foram matriculados no Ensino Médio 7.833.218 estudantes, sendo 23.272 matrículas de alunos com deficiência. Esses dados nos revelam que ainda é um tanto quanto insignificante o baixo número de alunos com deficiência que frequentam o Ensino Médio, ou seja, apenas 0,29 %.

As condições que a escola se encontra atualmente, a falta de recursos financeiros que possa suprir as necessidades pedagógicas, a necessidade de adaptar currículos e propostas educativas à nova realidade, somada a falta de investimento na formação inicial e continuada, nos faz pensar que a Meta 4, que se refere à inclusão dos estudantes com deficiência, terá muitas dificuldades para se efetivar até o ano de 2024. Fazemos essa afirmação porque, a escola brasileira está ladeada de grandes desafios, pois estão adentrando nessa instituição de ensino jovens estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação que não têm suporte de professores especialistas. Essa realidade também é visualizada no ensino comum, no qual ainda há professores que não tiveram em sua formação disciplinas sobre educação especial e temáticas relativas às questões da juventude, pior que isso, nunca fizeram um curso de formação de curta duração para atender alunos surdos, cegos, paralisado cerebral, autistas dentre outros.

A reflexão que fazemos sobre a Meta 4 diz respeito em conciliar que a mesma prevê: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”. Ou seja, a meta é a de colocar 100% dos estudantes até os 17 anos no Ensino Médio, o que nos parece um tanto quanto ousada.

A luz da legislação aprovada, em especial, no Censo/Inep (2010), é notório assinalar que apenas 7.833.218 dos jovens estavam matriculados no Ensino Médio. Isso nos revela que 22,8% estão adentrando no Ensino Médio. O problema crucial a ser enfatizado é que a faixa etária desses estudantes é de 15 a 24 anos, longe de alcançar a Meta 4, proposta pelo novo Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei Nº 13.005, em 25 de junho de 2014.

Dados nos revelam que no Censo Escolar de 2018, divulgado em janeiro de 2019:

Foram registradas 7,7 milhões de matrículas no ensino médio em 2018. O total de matrículas do ensino médio segue tendência de queda nos últimos anos, o que se deve tanto a redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 8,3% de 2014 a 2018), quanto a melhoria no fluxo no ensino médio (a taxa de aprovação do ensino médio subiu 3,0 p.p. de 2013 a 2017). Nos últimos cinco anos o número total de matrículas do ensino médio reduziu 7,1% (...) A taxa de distorção idade-série alcança 11,2% das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, 24,7% nos anos finais e 28,2% no ensino médio. Além disso, a taxa de distorção do sexo masculino é maior que a do sexo feminino em todas as etapas de ensino (BRASIL, 2019, p.03).

Os dados são assustadores, se pensarmos que já se passaram quatro anos da aprovação do PNE e está longe que a Meta 4 cumpra com esta alarmante defasagem, se levarmos em consideração que a Meta 4 quer alcançar 100% dos jovens com até 17 anos no Ensino Médio. Essa ousada Meta objetiva cumprir este percentual até o ano de 2024. Não basta apenas universalizar o Ensino Médio para os jovens. Não basta também colocar 100% dos jovens até 17 anos no Ensino Médio até 2024.

O maior desafio do poder público é o de garantir, além do acesso, a permanência, a progressão e a conclusão na idade adequada. Outro grande desafio a ser enfrentado pelo poder público nas três esferas - federal, estadual e municipal, são os estudantes retidos no Ensino Fundamental e que de lá nunca saíram, os que evadiram da sala de aula por motivos diversos, aqueles que por alguma situação social ou acadêmica foram reprovados e, por fim, aqueles estudantes que nunca frequentaram a escola, não têm registro de matrículas e, portanto, não compõem as estatísticas governamentais.

3 | NOTAS CONCLUSIVAS

Nossas considerações não conclusivas nos revelaram que o PNE sintetiza o que se almeja com o Ensino Médio. Nele, encontramos ausência ao sujeito jovem mesmo tendo no Brasil estudos sobre juventude e a escola, de forma a possibilitar novas articulações sobre essas duas temáticas, a carreira docente e as dificuldades da profissão e as deficiências na estrutura das creches e escolas.

Nossa intenção ao realizar essa pesquisa é a de que a escola e os trabalhadores que nela atuam devem conhecer os jovens que frequentam o ensino médio refletindo sobre como eles edificam o seu modo de ser e constroem sua identidade individual e coletiva.

Nossas reflexões neste estudo, levaram-nos afirmar que não há inclusão, seja no Ensino Médio ou em qualquer etapa e modalidade do ensino especial, voltado às pessoas com deficiência se as escolas não contarem em seu quadro, com serviços de profissionais especializados como: intérpretes de Libras, professores de Libras, instrutores de Libras, transcritores e revisores em Braille, profissionais de apoio, cuidadores, monitores, guia-intérprete, dentre outros.

Nossas considerações no decorrer desse estudo reflexivo nos fizeram perceber que se o município tiver estes profissionais lotados em seu quadro, seguramente a escola irá conseguir alcançar metas e objetivos propostos, claro, desde que haja respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos em todas as etapas. Deste modo, Leis e decretos não são suficientes para garantir a efetivação desses serviços. No que concerne à inclusão dos estudantes no Ensino Médio, a tarefa é árdua, a

missão profissional é enorme e o compromisso político dos nossos administradores é profundamente necessário para que até 2024, todos os estudantes com deficiência possam estar incluídos na escola comum até os 17 anos.

Identificamos nesta pesquisa que os municípios brasileiros, em larga escala, não estão preparados para oferecer suportes pedagógicos, recursos didáticos e tecnologias assistivas que possibilitem a efetiva inclusão dos alunos com deficiência na escola comum, principalmente, quando nos referimos às metas propostas pelo PNE, que é de colocar na escola comum 100% dos estudantes até 17 anos de idade no Ensino Médio.

Outra questão que consideramos crucial no que concerne às metas propostas pelo PNE, se restringe ao campo da formação inicial e continuada dos professores nas licenciaturas, pois ainda há cursos de formação que não contemplam em suas grades disciplinas sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Em síntese cumpre-nos acentuar que nossas considerações não são conclusivas, não se configuram em receitas, nem em uma escola utópica, distante da realidade educacional brasileira. Nossas reflexões se apoiam na possibilidade de construir uma escola capaz de abrigar as diferenças na e para a diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Recuperado em 05 de mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Recuperado em 05 de mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2010. Disponível em: <http://inep.gov.br/>. Recuperado em 10 de maio de 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Notas estatísticas – **Censo Escolar 2018**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/>. Recuperado em 10 de maio de 2019

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol_4_2009_CNE_CEB.pdf>. Recuperado em 06 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Recuperado em: 05 de mai. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/>

politicaeducespecial.pdf> Recuperado em 01 mai. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SPÓSITO, Marília P. **O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 7, 98, 120, 121, 122, 123, 145, 148, 230, 250, 314, 315, 322, 325, 332
Annona muricata L 92, 93, 99
Aprendizagem docente 27
Arborização escolar 92, 100
Atenção integral à saúde 73
Atendimento educacional especializado 1, 2, 4, 6, 33, 84, 85, 86, 87, 90

C

Conocimiento científico 8, 9
Cotidiano escolar 27, 31, 35, 36, 37, 42, 46, 281
Cristianismo 165, 166
Cultura escolar 38, 39, 40, 41, 46, 49, 50, 147

D

Deficiência intelectual 1, 3, 4, 175
Design-based research 51, 52, 59
Design cognitivo 51, 53, 54, 55, 56, 58
Didáctica de la Biología 8, 10
Divulgação científica 143, 145, 146, 148, 299

E

Educação de jovens e adultos 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126
Educação do campo 102, 104, 105, 106, 107, 110, 111
Ensino de química 156, 164, 325
Ensino médio 44, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 118, 119, 156, 157, 158, 159, 164, 210, 212, 213, 218, 220, 225, 226, 231, 249, 301, 302, 303, 325
Escola parque 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59
Escola pública estadual 38
Espaço não escolar 145, 148
Espaços culturais 38
Êxodo rural 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112
Extremo oeste catarinense 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112

F

Formação continuada 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 128, 129, 135, 142, 143, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 231, 297, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 347
Formação de professores 37, 83, 86, 129, 130, 131, 134, 135, 143, 145, 147, 164, 191, 194, 198, 218, 242, 247, 249, 251, 252, 253, 314, 316, 318, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 329, 335

H

Historia de las Ciencias 8

I

Idade média 132, 165, 166, 167, 168

Inclusão 1, 48, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 121, 125, 130, 131, 143, 147, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 233, 234, 235, 240, 241, 253, 262, 263, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 297, 298, 299

Inclusão escolar 82, 84, 85, 86, 87, 113, 174, 176, 177, 185, 233, 234, 235, 241, 263, 283, 284, 285, 297, 299

J

Jogo 1, 3, 4, 5, 6, 115, 119, 220, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 321, 322, 331

L

Legislação 68, 86, 88, 106, 113, 114, 123, 179, 192, 246, 252, 327, 328

Letramento científico 145, 148

M

Matemática 1, 7, 219, 236, 238, 250, 254, 302, 313, 318, 321, 323, 324, 332

Metodologia experimental 156, 159

Museu virtual 51, 54, 56, 57, 58

P

Pensamiento científico 8

Pequenos querubins 92, 94, 98, 99, 100, 101

Política pública de saúde 73

Políticas educacionais 37, 82, 282

População LGBTQI+ 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80

Prática pedagógica 27, 31, 34, 36, 39, 47, 129, 134, 231, 241, 273

Práticas culturais 38, 48

S

Sociocultural 77, 102, 103, 104, 111, 131, 195, 253

Soluções 4, 35, 45, 52, 55, 155, 156, 158, 159, 160, 163, 202, 206, 208, 216, 223, 262, 270

T

Tese 102, 103, 105, 106, 112, 143, 144, 176, 186, 200, 218, 253, 263, 323, 325, 346

 **Atena**
Editora

2 0 2 0